



**Poder Judiciário**

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0271787-1**

**APELANTE: CLARO S/A**

**APELADO: FERNANDO BARBOSA JÚNIOR EMPREENDIMENTOS LTDA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**EMENTA:** PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TELEFONIA MÓVEL. CLONAGEM. INSCRIÇÃO DO CLIENTE EM CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS IN RE IPSA. QUANTUM INDENIZATÓRIO DENTRO DOS PADRÕES DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. MARCO INICIAL DA INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA E DOS JUROS. MULTA COMINATÓRIA REDUZIDA. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Em casos como o dos autos, no qual se discute a comprovação do dano moral em virtude da inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o dano moral se configura *in re ipsa*, ou seja, prescinde de prova do dano moral, que é satisfeita com a demonstração da existência de inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes.
2. Levando em consideração as circunstâncias do caso, o valor arbitrado pelo juiz de primeiro grau não foi exacerbado, respeitando, destarte, os critérios de razoabilidade e proporcionalidade na quantificação.
3. O instituto da multa cominatória tem por objetivo compelir o requerido a cumprir a decisão judicial. Entretanto, não pode ser fixada em valor exorbitante ou desproporcional, ensejando o enriquecimento ilícito da parte. Entendo que o valor fixado em R\$ 100.000,00 foi excessivo, devendo ser reduzido.
4. Conforme sumulado pelo STJ, em matéria de danos morais, a correção pela tabela ENCOGE se dá a partir da data do arbitramento da indenização (Súmula nº 362/STJ). Os juros de mora, no entanto, devem fluir a partir do evento danoso, conforme Súmula nº 54/STJ. Merece a sentença, nesse ponto específico, reforma.



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

5. Recurso parcialmente provido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso, acordam os Excelentíssimos Desembargadores Integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **dar parcial provimento** ao presente recurso, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife/PE, 19 de Março de 2013.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0271787-1**

**APELANTE: CLARO S/A**

**APELADO: FERNANDO BARBOSA JÚNIOR EMPREENDIMENTOS LTDA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de Apelação Cível Interposta em face da sentença de fls. 583/586 que, nos autos da Ação de Rescisão Contratual cumulada com Indenização por Danos Morais, julgou parcialmente procedentes os pedidos, determinando que a Claro S/A pagasse ao apelado a quantia de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de danos morais, em face da falhas no serviço de telefonia que o impossibilitaram de efetuar transações comerciais, bem como o incluíram nos cadastros de proteção ao crédito, além de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) a título de multa cominatória. Condenou também a apelante nas custas e honorários advocatícios e determinou a suspensão da eficácia do contrato de prestação de serviços de telefonia móvel, inclusive com a desativação de todas as linhas a ele atreladas, bem como a sustação de qualquer medida de cobrança dirigida ao apelado.

Nas razões de seu recurso, a apelante alega que os serviços foram disponibilizados, e portanto a cobrança é devida, pois o apelado se utilizou deles. Ressalta que a empresa apelada se encontra com débito em aberto no valor de R\$ 2.924,46 (dois mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos) e que, mesmo que tivesse havido cobrança indevida, esta não teria o condão de gerar o dano moral.

No que se refere ao *quantum* indenizatório, entende que o valor arbitrado é extremamente elevado, pois o dano foi mínimo, tratando-se de mero



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

aborrecimento cotidiano. Alega ainda que os juros de mora devem incidir apenas a partir da sentença que fixou o valor da indenização.

Quanto à multa cominatória, aduz que o valor de R\$ 100.000,00 é desproporcional, ensejando o enriquecimento sem causa do apelado, e que não houve recusa da apelante em cumprir a decisão, mas tão somente omissão.

Por fim, requer seja dado provimento ao apelo, para reformar a sentença, julgando improcedentes todos os pedidos, ou que ao menos seja reduzido o valor arbitrado a título de danos morais e a multa pecuniária.

Contrarrazões às fls. 622/632. Nela, o apelado refuta os argumentos expostos pelo recorrente, requerendo que se negue provimento ao recurso.

É o que importa relatar.

À Revisão.

Recife/PE, 06 de  de 2013.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**  
Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

**PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0271787-1**

**APELANTE: CLARO S/A**

**APELADO: FERNANDO BARBOSA JÚNIOR EMPREENDIMENTOS LTDA**

**RELATOR: DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

**VOTO**

De início, deve-se ressaltar que a presente lide trata de relação de consumo, já que presentes os elementos necessários à sua configuração, quais sejam: o consumidor, o fornecedor e o serviço prestado. Assim, deve ser aplicada a legislação consumerista ao caso.

Nos termos do art. 14 do Código de Defesa do Consumidor, "*o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços*".

Portanto, a responsabilidade do fornecedor de serviços é objetiva, competindo-lhe provar a inexistência do defeito no serviço prestado ou a culpa exclusiva do consumidor.

Da análise dos autos, temos que a apelada, empresa de administração, locação e venda de imóveis, firmou contrato com a apelante para utilização de serviço de telefonia móvel, referente a sete aparelhos celulares. Entretanto, as linhas foram clonadas, ocasionando cobranças indevidas e o bloqueio das linhas, restando a apelada sem conseguir realizar ligações por período superior a um mês.

A própria apelante reconhece, em sua contestação, que de fato ocorreu a clonagem, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2005 (fls. 129/130). Assim, é incontroverso que houve defeito na prestação de serviços.

Assim, da clonagem dos celulares decorreram cobranças impróprias, resultando na inclusão indevida da razão social da apelada em cadastro de proteção ao crédito (fl. 486).



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Dessa forma, uma vez caracterizado o ato ilícito do recorrente, fica este obrigado a reparar o dano moral sofrido pelo Apelado, tal qual aduz o art. 927 do CC.

Ressalte-se que o dano moral à pessoa jurídica atinge sua honra objetiva, ou seja, sua reputação perante a coletividade, o que certamente ocorreu, ao ter a empresa apelada seu nome inscrito no cadastro de proteção ao crédito, além de ter ficado incomunicável com seus clientes.

Em casos como o dos autos, no qual se discute a comprovação do dano moral em virtude da inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, é firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o dano moral se configura *in re ipsa*, ou seja, prescinde de prova do dano moral, que é satisfeita com a demonstração da existência de inscrição indevida nos cadastros de inadimplentes. Vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANUTENÇÃO DA INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AGRAVADO EM ÓRGÃO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO MESMO APÓS A QUITAÇÃO DA DÍVIDA NO VALOR ACORDADO. DANO MORAL. SÚMULA STJ/7. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO COM RAZOABILIDADE.

1 - *omissis*.

2 - Esta Corte já firmou entendimento que nos casos de inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura *in re ipsa*.

3 - *omissis*.

4 - *omissis*.

5 - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 55.177/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2012, DJe 04/09/2012)

É pacífica nesse sentido a jurisprudência pátria:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE INADIMPLENTES DECORRENTE DE COBRANÇA INDEVIDA - ERRO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA - CLONAGEM - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA OPERADORA DE TELEFONIA - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO - NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO - DANO MORAL PURO QUE INDEPENDE DE PROVA PARA A SUA INDENIZAÇÃO - QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE SE MOSTRA RAZOÁVEL, NAO DEVENDO SER MAJORADO NEM REDUZIDO - RECURSO IMPROVIDO. (13944 MS 2012.013944-9, Relator: Des. Joenildo de



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Sousa Chaves, Data de Julgamento: 06/06/2012, 1ª Câmara Cível,  
 Data de Publicação: 15/06/2012)

INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS -TELEFONE  
 CELULAR - CLONAGEM - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DANOS  
 MORAIS - NÃO COMPROVAÇÃO.Sendo objetiva a responsabilidade  
 do prestador de serviço, conforme o art. 14 do Código de Defesa  
 do Consumidor, importa analisar, para a caracterização do direito à  
 reparação de danos, a ocorrência do dano e o nexo causal entre  
 estes elementos. Procedida a clonagem do telefone de que se  
 utilizava o autor, inclusive em suas atividades e com prejuízos ao  
 mesmo, impera seja indenizado o consumidor. Código de Defesa  
 do Consumidor (101450418380720011 MG 1.0145.04.183807-  
 2/001(1), Relator: FERNANDO CALDEIRA BRANT, Data de  
 Julgamento: 20/02/2008, Data de Publicação: 13/03/2008)

No que tange à fixação do quantum indenizatório a título de danos  
 morais, é necessário que o magistrado faça uso de seu bom senso, dos princípios da  
 razoabilidade e proporcionalidade, devendo sempre observar a gravidade do dano e  
 a sua extensão, o comportamento dos envolvidos, as condições econômicas e  
 sociais das partes e a repercussão do fato.

Desse modo, compete ao julgador valer-se da teoria do desestímulo,  
 segundo a qual o ressarcimento não pode enriquecer ilicitamente o ofendido,  
 devendo, no entanto, ser elevado o bastante para evitar a reincidência de práticas  
 delituosas, tal como o presente caso.

Assim, levando-se em consideração as circunstâncias do caso, o objetivo  
 compensatório da indenização e o efeito pedagógico gerado pela responsabilidade  
 civil, entendo que o valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) arbitrado pelo juiz de  
 primeiro grau não foi exacerbado, atendendo aos critérios de razoabilidade e  
 proporcionalidade aplicáveis.

O STJ, em casos análogos, também tem entendido razoável o mesmo  
 valor:



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. CLONAGEM DE TELEFONE CELULAR. BLOQUEIO DA LINHA SEM AVISO PRÉVIO. ENVIO DE INDEVIDA FATURA PARA PAGAMENTO.** FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL.1. Dissídio jurisprudencial comprovado, nos termos dos artigos 541, § único, do CPC, e 255, § 2º, do Regimento Interno desta Corte.541§ únicoCPC2. No presente pleito, o Tribunal de origem, ao concluir pela responsabilidade da empresa-recorrente no bloqueio, sem aviso prévio, do telefone celular do autor, além do encaminhamento de indevida fatura de pagamento, fixou a indenização por danos morais em R\$30,000,00 (trinta mil reais).3. Diante das particularidades do caso em questão, dos fatos assentados pelas instâncias ordinárias, e dos princípios de moderação e de razoabilidade, o valor fixado pelo Tribunal mostra-se excessivo, não se limitando à compensação dos prejuízos advindos do evento danoso. **Assim, para assegurar ao lesado justa reparação, sem incorrer em enriquecimento ilícito, reduzo o valor indenizatório para fixá-lo na quantia certa de R\$ 7.000,00 (sete mil reais).**4. Recurso conhecido e provido (871628 AL 2006/0162973-8, Relator: Ministro JORGE SCARTEZZINI, Data de Julgamento: 06/12/2006, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 12.02.2007 p. 267)

O apelante alega ainda que a multa cominatória, no valor de R\$ 100.000,00, é incabível. Caso mantida, pede a sua redução.

Compulsando-se os autos, temos que o magistrado de 1º grau concedeu antecipação de tutela (fls. 119/121) no sentido de determinar que a parte demandada suspendesse o contrato e se abstinhasse de incluir o nome da requerente nos cadastros de proteção ao crédito, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) por dia de descumprimento. Entretanto, continuaram as cobranças indevidas, e o nome da apelada foi inscrito no SERASA (fl. 486). Segundo consignado na sentença pelo douto juízo *a quo*, desde a intimação da apelante da decisão (22/08/2006) até a baixa da inscrição no SERASA (27/02/2008), passaram-se 554 (quinhentos e cinquenta e quatro dias), totalizando uma multa de R\$ 554.000 (quinhentos e cinquenta e quatro mil reais), valor que foi reduzido pelo magistrado de piso para R\$ 100.000,00 (cem mil reais).





**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**

**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

O instituto da multa cominatória tem por objetivo compelir o requerido a cumprir a decisão judicial. Entretanto, não pode ser fixada em valor exorbitante ou desproporcional, ensejando o enriquecimento ilícito da parte.

No caso, entendo que o valor de R\$ 100.000,00 a título de astreintes é excessivo. Observo que, em casos semelhantes, o STJ tem fixado a multa cominatória no patamar máximo de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento. Nesse sentido:

No caso em exame, verifica-se que o valor diário da multa cominatória mantida pelo Tribunal de origem, em razão de descumprimento de ordem judicial para retirada do nome da recorrida do SERASA, distancia-se em demasia dos parâmetros jurisprudenciais desta Corte colhidos em hipóteses semelhantes. Em casos análogos, multa cominatória diária por descumprimento de ordem judicial que determina a exclusão do nome do devedor do cadastro de inadimplentes, o Superior Tribunal de Justiça tem julgado razoável, o arbitramento de multa diária em valor não superior a R\$ 100,00 (cem reais) (cf, entre muitos outros, os acórdãos nos AgRg 658.626/SC, Rel. Ministro CARLOS FERNANDO MATHIAS (JUIZ FEDERAL CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), QUARTA TURMA, DJe de 17.11.2008; REsp 687.012/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJe de 26.10.2009; REsp 732.189/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, DJe de 12.4.2010; AgRg no Ag 878.423/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe de 15.9.2010). Considerados os critérios jurisprudenciais, pautados pela moderação, proporcionalidade e razoabilidade, e avaliadas as condições pessoais e econômicas das partes, a realidade da vida e as peculiaridades do caso, fixo o valor da multa cominatória diária em R\$ 100,00 (cem reais). (STJ. AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.022.081 - RN (2008/0008151-4) RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI. Julgado em 06 de outubro de 2011)

Pelas razões acima expostas, reduzo a multa para o valor de R\$ 55.400,00 ( cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais).



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

Observo que o juízo *a quo* não fixou data para início da incidência da correção monetária e dos juros moratórios. Por tratar-se de matéria de ordem pública, passo a apreciá-la.

Conforme sumulado pelo STJ, em matéria de danos morais, a correção pela tabela ENCOGE se dá a partir da data do arbitramento da indenização (Súmula nº 362/STJ). Os juros de mora, no entanto, devem fluir a partir do evento danoso, conforme Súmula nº 54/STJ. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MANTIDA. RESPONSABILIDADE. ATO ILÍCITO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. VERBETE 7 DA SÚMULA DO STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. ENUNCIADO 54 DA SÚMULA DO STJ. 1. O Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, entendeu pela responsabilidade da empresa de telefonia pela indevida negatização do nome do autor. O acolhimento das razões de recurso, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria fática. Incidência do verbete 7 da Súmula desta Corte. 2. **No caso de indenização por dano moral puro, decorrente de ato ilícito, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso (verbetes 54 da Súmula do STJ).** Entendimento majoritário da Segunda Seção, sufragado no REsp 1.132.866/SP (julgado em 23.11.2011). Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Ag 1348066/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 13/09/2012)

Em face do exposto, dou parcial provimento ao presente recurso apenas para reduzir a multa cominatória para o valor de R\$ 55.400,00 (cinquenta e cinco mil e quatrocentos reais) e definir que a correção monetária pela tabela ENCOGE deverá incidir desde o arbitramento dos danos morais, e os juros de mora, a partir



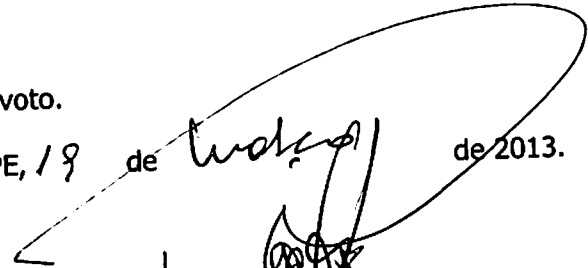
**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**GABINETE DO DES. ROBERTO DA SILVA MAIA**

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 4º andar – fone: (81) 3419-3640  
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

do evento danoso, mantendo-se inalterada a sentença vergastada nos demais termos.

É como voto.

Recife/PE, 19 de  de 2013.

  
**Roberto da Silva Maia**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Des. Josué Antônio Fonseca de Sena*

---

648  
RD

**1ª Câmara Cível**

**Apelação Cível nº 0271787-1**

**Apelante: CLARO S/A**

**Apelado: FERNANDO BARBOSA JÚNIOR EMPREENDIMENTOS LTDA**

**Relator: Des. Roberto da Silva Maia**

**Revisor: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**DESPACHO:**

Autos revistos.

Inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 19 de fevereiro de 2013.

  
Des. Josué Antônio Fonseca de Sena  
Revisor